



"Quão Difícil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 16/13

25 de Setembro de 2013



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.

NÃO É ACEITÁVEL!

No próximo Domingo, 29 de Setembro, seremos chamados a exercer não apenas um direito constitucionalmente previsto mas um dever que revela uma elevada consciência de cidadania. Apesar de nem todos os militares terem visto o seu direito de votar devidamente salvaguardado, não podemos deixar de assinalar o elevado sentido de responsabilidade e de espírito de missão com que se continua – e bem – a desempenhar o compromisso assumido com o povo português, donde sobressaem a defesa militar da República e o apoio aos cidadãos nacionais onde quer que estes se encontrem.

VOTAR
mais do que um direito,
é um dever de cidadania!

Numa altura em que de uma forma não inocente, mas cuidadosamente elaborada, se multiplicam as notícias que misturam conceitos e geram confusões entre os cidadãos procurando, uma vez mais, colocar portugueses contra portugueses, temos a obrigação de cerrar fileiras na defesa da Condição Militar não permitindo a alimentação destes errados conceitos.

Não é aceitável que se entenda como missão dos militares a limpeza e pintura de paredes nas cidades deste país, por muito que tal possa ajudar a quaisquer campanhas, eleitorais ou outras; não é aceitável nem entendível que se alterem normas do EMFAR – Estatuto dos Militares das Forças Armadas, de modo avulso e/ou encapotado em legislação que supostamente nada terá a ver com os militares e a sua condição, gorando expectativas e incumprindo unilateralmente contratos previamente assumidos; não é aceitável que se decida retirar montantes significativos dos orçamentos familiares dos militares sem cuidar que tal se faça dentro da lei mas da forma mais diluída possível; não é aceitável que se procure lançar entre os militares a confusão

do conceito de horário fixo quando é sabido que os militares estão permanentemente disponíveis para o serviço e para a missão; não é aceitável que se insista na “funcionalização” dos militares em claro desrespeito pelas exigências que lhes são impostas; não é aceitável o secretismo com que está a ser preparada a revisão e alteração de legislação fundamental e enquadradora da Condição Militar sem que aqueles a quem as medidas se vão aplicar sejam chamados a pronunciar-se, conforme determina a Lei; não é aceitável que o dever de tutela e a informação descendente silenciem todas estas alterações já realizadas ou as que estão em curso; não é aceitável o desmantelamento das Forças Armadas, tal qual as concebe a Constituição da República Portuguesa; não é aceitável que se assista sem reacção à descaracterização da Condição Militar com o persistente tratamento diferenciado entre militares, separando comandantes de comandados; não é aceitável que nos desrespeitem!

Apesar deste cenário de acentuado prejuízo às condições de vida, alertamos para o previsível agravamento da situação assim que termine o processo das eleições autárquicas. Temos de cerrar fileiras e reforçar a disponibilidade para o combate na defesa dos valores que em 31 de Janeiro de 1891 eclodiram e que em 5 de Outubro de 1910 se personificaram no exemplo dos “Nove Bravos da Rotunda”! Os nove Sargentos que a História teima em esconder mas cuja acção foi fundamental para que a Revolução triunfasse.

Os direitos adquirem-se e reforçam-se exercendo-os! Não abdicuemos de os exercer!

Uma elevada consciência de cidadania e dos direitos e deveres inerentes à Condição Militar é também um contributo para:

“Reforçar a ANS! Defender Portugal!”

A Direcção
25 de Setembro de 2013

Não nos Resignemos!
Defendamos com Honra a Condição Militar!
Estejamos Prontos para a Defesa da Constituição da República!